

EPISTEMOLOGIAS NEGRAS: INSURGENCIAS E DESLOCAMENTOS INTELECTUAIS DE SUELI CARNEIRO E LÉLIA GONZALEZ

Juliana Bartholomeu¹

Resumo: O artigo visa analisar as interpretações de Lélia González e Sueli Carneiro sobre o lugar da mulher negra na formação histórica, no pensamento social brasileiro e nas relações sociais concretas da sociedade brasileira contemporânea. Tudo indica que esta compreensão situada na perspectiva da mulher negra explicita a maneira como as categorias de gênero e raça são mobilizadas para uma crítica da produção do conhecimento hegemônico sobre o Brasil, problematizando permanente as condições de produção, circulação, seleção, esquecimento e invisibilização do conhecimento advindo das negras e negros durante a história colonial e nacional brasileira.

¹ Formada em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo- FESPSP. Mestranda em Ciência Sociais pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Pesquisadora em relações raciais e sociologia do conhecimento. E-mail de contato: Julianastefanybartholomeu@gmail.com

No primeiro capítulo intitulado *A máscara* do livro *Memórias do plantation: Episódios do racismo cotidiano*². A autora Grada Kilomba descreve a máscara como um dos instrumentos de tortura utilizado como símbolo das práticas de silenciamento da colonização, a máscara que ao tapar a boca dos escravizados além de impedir de comer nas plantações, impedia-os de falar.

Atualmente no Brasil se tornou impossível discutir sobre produção intelectual e relações raciais sem falar sobre a questão da invisibilização histórica colonial. Quando pessoas negras - entre outros grupos - comete o ato de falar sobre as experiências cotidianas do racismo, existe uma relação que faz parte da dinâmica de nossas relações sociais que estão presentes no ato de falar, da qual proporciona um confronto com a verdade hegemônica estabelecida que ao longo do processo histórico foram mantidas como únicas e universais através das práticas de silenciamento.

A máscara a partir do prisma de Grada Kilomba representa o colonialismo como um todo, pois ela se tornou o símbolo do projeto colonial que determinou e ainda determina quem pode falar, utilizando o silenciamento como uma prática política contra os povos colonizados.

Falar sobre conhecimento de povos colonizados, especialmente de pessoas negras é falar sobre a invisibilização histórica desses povos.

Uma rápida reflexão é o suficiente para comprovar este fato: Quantos pensadores negros(a) você estudou em sua Universidade? Quantos historiadores, geógrafas, cientistas, etc você leu no Ensino Médio? Suponho que as respostas para essas perguntas representam o curso do projeto de invisibilização histórica, epistêmica de intelectuais negros e negras.

No Brasil são inúmeros os casos de produção intelectual negra que são marcadas por esta invisibilização: Virgínia Leone Bicudo, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Lélia González, Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, entre tantos.

A construção do pensamento científico ocidental produz um discurso hegemônico perpetuando a subordinação de certos grupos. Foram as condições históricas que constituíram privilégios sociais e epistêmicos do grupo dominante que determina o que é conhecimento ou quem pode falar.

O silenciamento do fala dos povos subordinados ainda é uma prática em curso pelo projeto colonial, da qual a humanidade de pessoas negras e indígenas assim como em um passado

² Título original: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*.

não tão distante segue sendo constantemente negada, se tão pouco sua humanidade é reconhecida, quem dirá as suas formas e práticas de conhecimento sobre a sociedade.

Estas questões iniciais apontam para a necessidade de apresentarmos brevemente estas autoras, explicitando seus percursos formativos, suas lutas políticas e o contexto de formulação de suas ideias.

Lélia Gonzalez (1935-1994) é filha de uma empregada doméstica com origem indígena e de um pai ferroviário e negro. Faz parte de uma grande família operária, com mais 17 irmãos. Migrou de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro em 1942 e nesta cidade conseguiu se formar em História e Filosofia e se tornar professora na rede básica de ensino. Depois continuou seus estudos de pós-graduação, fazendo mestrado em Comunicação Social e Doutorado em Antropologia. Tornou-se professora e pesquisadora na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, onde fundou o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e desenvolveu suas pesquisas e publicações em sintonia com sua atuação política. Além desse percurso acadêmico, a autora participou ativamente da luta de resistência à Ditadura Militar (1964-85), fez parte da organização do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras. Nos anos 1980, foi indicada para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (1986-89) e foi candidata a deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982 e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1986, ficando como suplente nas duas ocasiões.

Sueli Carneiro, nasceu em São Paulo em 1950. Filha de pais negros e tendo três irmãs. Entrou no curso de Filosofia na década de 1970, contexto militar, e foi neste ambiente universitário que se aproximou dos movimentos negros e feministas, tomando consciência política das formas de discriminação racial e de desigualdades de gênero que enfrentava desde a infância. Posteriormente tornou-se doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e tem produzido vários textos políticos e acadêmicos sobre a mulher negra desde a década de 1980. No âmbito da luta política, em 1983, lutou pela participação da mulher negra no Conselho Estadual da Condição Feminina, órgão formado por 32 mulheres brancas. Em 1988, ano da promulgação da Nova Constituição brasileira, Sueli Carneiro fundou o Geledés – Instituto da Mulher Negra – primeira organização negra e feminista independente de São Paulo - e foi convidada a participar do Conselho Nacional da Condição Feminina em Brasília. Nos anos de 1990, criou o programa de saúde física e mental específico destinado às

mulheres negras e o plano para a juventude negra vítima de agressão policial, o projeto Rappers.

Quando observamos alguns dados dos percursos destas duas autoras, podemos formular provisoriamente que suas interpretações sobre o Brasil são anunciadas, embora de maneira não determinista, a partir de determinadas posições de classe, raça e gênero situadas em contextos históricos, políticos e regionais das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo no período de transição entre o regime militar e a denominada Nova República. Embora o nosso recorte temporal seja especialmente as publicações na década de 1980, a segunda autora, ainda viva, continua refletindo sobre questões de gênero e raça em anos mais recentes. As produções críticas e contextualizadas sobre o Brasil devem ser aqui entendidas na confluência de suas formações acadêmicas, de suas inserções nos movimentos negro e feminista e na circulação e debates no âmbito internacional.

Há uma inquietação central nas duas autoras no sentido de pensar a simultaneidade do problema do racismo e sexismo no Brasil como mecanismos de produção de desigualdades, invisibilidades e determinadas verdades aceitas como naturais sobre a formação do país, sendo fundamental interpretar esses fenômenos a partir de uma perspectiva histórica. Para estas autoras, em decorrência do racismo e sexismo instituídos através do processo colonizador da sociedade brasileira ao longo do processo histórico da nossa cultura, produziu-se uma invisibilidade sobre as formas de participação social de intelectuais negras no Brasil. Mais que reivindicar identidades, o movimento de produção intelectual de mulheres negras nos anos de 1980 propõe um questionamento sobre o discurso hegemônico da historiografia e do pensamento social brasileiro, evidenciando as "verdades" discursivas hegemônicas (Foucault, 1972) e, a partir de uma atuação protagonista na produção de conhecimento e do engajamento político, produzir rupturas com a tradição de interpretação do Brasil e propiciar a emergência de novos discursos sobre o lugar da mulher negra na história e na sociedade brasileiras.

A partir de um primeiro levantamento bibliográfico sobre a produção intelectual de mulheres negras brasileiras nos anos de 1980, houve a constatação da existência de vasto material produzido e a presença de autoras negras discutindo variados assuntos sobre a história, movimentos sociais e questões específicas sobre discriminações e desigualdades cotidianas vivenciadas pelas mulheres negras na sociedade brasileira a partir de estudos históricos, sociológicos, políticos, antropológicos, literários, entre outro.

Partindo da perspectiva utilizada por Michel Foucault (1972) para entender os processos pelos quais certos documentos e discursos se tornam fatos históricos e verdades, é relevante analisar a produção de conhecimento de intelectuais negras, percebendo que, contrariando o discurso hegemônico, autoras negras tem vasta produção e que, ao longo do processo histórico, não por acaso, algumas vertentes teóricas se tornaram mais conhecidas que outras. É possível perceber também, como alguns trabalhos lidos por sucessivas gerações de pesquisadores e pesquisadoras, enquanto outros são pouco ou nada mencionados.

Entre estas intelectuais negras, gostaríamos de destacar nesta pesquisa as produções críticas de Lélia González e Sueli Carneiro sobre o lugar da mulher negra na formação da sociedade brasileira e a maneira como questionam consagradas leituras de interpretação do Brasil. A escolha dessas intelectuais foram feitas com base na sua importância política e histórica tanto no movimento negro como para o feminismo negro brasileiro. Conforme algumas pesquisas e trabalhos sobre a temática apontam: *Lembrando Lélia Gonzalez (2000)*, *A atualidade de Lélia Gonzalez. In. Coisa de pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina. (2005)*, *A Produção Intelectual das Mulheres Negras e o Epistemicídio: Uma breve contribuição (2010)* A escolha de estudar a produção intelectual das duas autoras consiste em sua contribuição e pioneirismo nos estudos das relações raciais e de gênero no Brasil.

Sobre as discussões em torno das relações de gênero, as intelectuais do feminismo negro brasileiro da década de 1980 - Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez- iram propor uma crítica as discussões sobre o sexismo, buscando demonstrar como a imagem da mulher negra é construída dentro de outro lugar na estrutura social, diferente da mulher branca, devido a experiência histórica do racismo e os resquícios coloniais. As autoras introduzem assim uma crítica sobre as questões de gênero dentro de uma nova perspectiva epistemológica.

A produção de conhecimento hegemônica no Brasil está vinculada um sistema de poder fundado no contrato racial no qual brancos ocupam majoritariamente todas as instâncias de poder da sociedade. Essa concepção entre racismo e epistemicídio permite estabelecer um diálogo frutífero com a teoria da colonialidade do poder de Anibal Quijano (2005). As relações sociais nas Américas foram produzidas a partir da concepção de raça como um

discurso de poder colonial apresentado como diferenças e hierarquias naturais biologizadas. Nesse processo colonial foram produzidas socialmente novas identidades: índios, negros, brancos e mestiços.

Com a expansão do colonialismo europeu a concepção de raça foi utilizada na América como uma maneira de legitimar as relações de dominação. É a partir desta concepção que historicamente os povos colonizados e suas culturas foram delegados a uma posição de inferioridade. O modo básico de classificação social universal da população mundial tornou a racialização dos povos como critério fundamental para sua distribuição, papéis na estrutura de poder da nova sociedade moderna e colonial.

Mas a raça não é a única categoria central dessa colonialidade do poder, o gênero é também um termo estruturante em um processo colonial comandado por homens e fundado no patriarcalismo. Portanto, o debate advindo do movimento feminista negro ajuda a pensar melhor esta articulação entre raça e gênero como categorias configuradas na experiência colonial e produtoras de desigualdades epistêmicas.

Bell Hooks (1981) descreve como a nova geração de jovens mulheres negras no começo dos anos de 1980 nos Estados Unidos desafiou as ideias do movimento feminista branco vigente da qual não considerava as experiências de mulheres negras em suas reivindicações políticas, assim como Angela Davis (1981) que no mesmo período histórico traça um panorama crítico sobre o desenvolvimento da luta feminista e antirracista nos EUA. Todas, de alguma forma, trazendo um olhar sobre as opressões sociais a partir dos marcadores da diferença, mais tarde se tornará frase emblemática do feminismo interseccional - “não há hierarquias de opressão” (Lorde, 1985) - da qual compreende que todas as formas de opressão estão articuladas a uma mesma estrutura de poder.

No caso do Brasil, a crítica aconteceu de forma similar ao debate estadunidense. Os questionamentos feitos pelas feministas negras brasileiras ao feminismo branco também gerou uma relação tensa entre essas vertentes inicialmente. Embora, contemporaneamente, têm surgido novas perspectivas, possibilidades de diálogos (Barbosa, 2010) conforme as propostas colocadas pela vertente do feminismo interseccional. É importante considerar que não existe uma unidade conceitual, a questão a ser colocado no desenvolvimento dos estudos sobre raça e gênero é compreender como as vozes de mulheres negras coletivamente constroem, afirmam e mantêm um ponto de vista auto definido e dinâmico (Collins, 1996).

As diferenças entre os variados tipos de movimento de mulheres negras ao longo da história, como o mulherismo³ ou feminismo negro, refletem a diversidade das mulheres negras contrapondo a visão que define este grupo como homogêneo. Usar o termo “feminismo negro” contrapõe a concepção do senso comum que apresenta o feminismo como uma ideologia e um movimento político somente para pessoas brancas. Colocando o adjetivo “negro” interrompe com a visão falsa universal desse termo associado a mulheres brancas, visibilizando os marcadores de raça e gênero. O uso do termo “feminista negra” serve para lembrar às mulheres brancas que elas não são nem as únicas nem a norma “feministas” (Collins, 1996).

As intelectuais negras aqui selecionadas, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, já no período da década de 1980, se auto reconheciam como feministas negras em uma busca de demarcar as diferenças de opressão entre mulheres brancas e negras. Essas pensadoras utilizam esse termo para desafiar as mulheres negras a confrontar os seus próprios pontos de vista sobre o sexismo e o racismo.

A proposta colocada por intelectuais do feminismo negro evidencia questões como as relacionadas à produção de conhecimento articulada com poder e verdade enquanto prática discursiva (Foucault, 1972). Uma vez que tais autoras apresentam uma crítica à forma como a construção do pensamento científico se dá no ambiente acadêmico ocidental, estão denunciando, sobretudo, o modo como a produção intelectual atual corrobora na perpetuação da subordinação de grupos marginalizados. Desta perspectiva, levando-se em consideração que condições históricas mantêm os privilégios sociais do grupo dominante, se entende, como uma das consequências, a geração de um discurso hegemônico na produção de teorias sociais.

Referências Bibliográficas

BAIROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez**. Revista Afro-Ásia, UFBA, nº 23, 2000. Nossos feminismos revisitados. Estudos Feministas/Dossiê Mulheres Negras, v. 3, n. 2, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995, p. 458-463

³ O “mulherismo” é um significado que o define como sendo diferente ao feminismo, uma diferença decorrente das diferentes histórias de mulheres negras e brancas com o racismo americano, defendido principalmente por intelectuais como Alice Walker.

BARBOSA, Maria Lícia Lima. **O Feminismo Negro: Notas sobre o Debate Norte-Americano e Brasileiro**. Revista Fazendo Gênero, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Mulher Negra**. Cadernos Geledés, Instituto da Mulher Negra, Cadernos IV, São Paulo 1993.

CARNEIRO, Sueli (2005). **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, pg 96-110.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000 p.227-251.

COLLINS, Patricia Hill. **O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso**. Cad. Pagu, Campinas, n. 51, e175118, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 junho 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality Definitional Dilemmas**. Department of Sociology, University of Maryland, College Park, Maryland 20742-1315 2015. Disponível em <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-soc-073014-112142>>. Acesso em 23 junho 2018.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Plataforma do Gueto, Tradução livre, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis — Vozes. Lisboa — Centro do Livro Brasileiro, 1972, p.144-200.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 08-34.

GONZALEZ, LÉLIA. **A importância da organização de mulheres negras no processo de transformação social.** Raça e Classe, ano 2, n. 5 (nov./dez.) In Patrulhas ideológicas,- 1980, p. 2.

GONZALEZ, LÉLIA; HASENBALG, Carlos . **Lugar de Negro.** Co-autoria com Carlos A. Hasenbalg. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero (Coleção Dois Pontos). 1982.

GONZALEZ, LÉLIA. **Por um feminismo afrolatinoamericano.** Revista Isis Internacional, n. 8 (out)- 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: SILVA, Luiz Antonio. Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos, Brasília, ANPOCS, 1983.

HOOKS, Bell. **AIN'T' I A WOMAN Black women and Feminism.** Ed.London: 1986.

HOOKS, Bell. **Feminist Theory From Margin To center .** Boston, MA: South End Press, 1984.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras.** Revista Estudos Feministas/Dossiê Mulheres Negras, v. 3, n. 2, p. 464-478, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995.

KILOMBA, Grada. **“The Mask” In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism.** Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010.

LORDE, Audre. **“I Am Your Sister - COLLECTED AND UNPUBLISHED WRITINGS OF AUDRE LORDE”**, Oxford University Press, 1985,p.22-23.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 107- 130.

SANTOS, J. L.. **A produção Intelectual das Mulheres Negras e o Epistemicídio: uma breve contribuição**, UNESP, 2010 .Disponível em: < <http://www.instituto buzios.org.br/documentos/Jaqueline> > Acesso em 20 junho 2018.

XAVIER, Giovana. **A atualidade de Lélia Gonzalez**. In. Coisa de pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina. Rio de Janeiro, 1880-1910. Dissertação de Mestrado (História Social). Universidade Federal Fluminense, 2005. p. 34-48.